

## **Carta Pedagógica Recid Santa Catarina**

Semestre 2013/1

“O tabu já foi rompido, não vivemos no melhor mundo possível, temos a permissão e a obrigação de pensar em alternativas. Há um longo caminho pela frente, e em pouco tempo teremos de enfrentar questões realmente difíceis – questões não sobre aquilo que não queremos, mas sobre aquilo que QUEREMOS”. (Slavoj Zizek – (No “Occupy Wall Street” em NY)).

Santa Catarina, 11 de Outubro de 2013.

Olá companheiros e companheiras, como estão? E as lutas, como estão sendo construídas nesse novo período que nos encontramos?

Aqui em Santa Catarina a conjuntura política não tem sido diferente nos últimos anos, um governo que não tem comprometimento com Direitos Humanos tão pouco com a classe trabalhadora, o que não deve ser novidade, sendo que estes grupos que estão e sempre estiveram no poder. Com conotação e direcionamento neoliberal, dentro da lógica do sistema capitalista: privatizações, terceirizações e utilização de organizações sociais que se deixam cooptar, evidenciam a lógica política do Estado Mínimo que estamos a viver.

Mais recentemente, as novidades políticas da atuação do Estado são em relação aos cortes no orçamento; secretarias regionais com o argumento de descentralizar o governo, porém o que se nota são espaços que promovem cabides de emprego, remontam junto com outras ações neoliberais descomprometimento com os setores estratégicos como educação, saúde e segurança, deixando de executar projetos aprovados com injeção de recursos federais, pela “falta de recursos para contrapartida”. Tal realidade se agrava, pois esta é a mesma prática vivenciada na maioria dos municípios catarinenses.

Contraditoriamente a esta conjuntura o governo estadual protocolou na Assembleia Legislativa alguns projetos de leis que indicam a criação de conselhos

estaduais de políticas públicas, tais como: Direitos Humanos, Juventude e LGBT. Isso aponta que os novos atores políticos, partidos e os personalistas da política da direita, encontraram novos modos para garantir o seu espaço assistencialista e uma forma de dizer que dialogam com a população. No caso da criação do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-SC), trata-se de uma luta histórica do Movimento Nacional de Direitos Humanos de Santa Catarina (MNDH-SC), desde 1998, agora, articulados com deputados de esquerda através da Comissão de Participação Legislativa conseguimos promover duas audiências públicas em agosto, o que garantiu a participação popular, atores ligados a Rede de Educação Cidadã e ao nosso Projeto Político Pedagógico.

Diante desta conjuntura a RECID está espalhada pelo território estadual e atua através de seus cinco núcleos, vem buscando alimentar esperanças e fortalecer as lutas populares e assumir nosso compromisso com o trabalho de base. Antes do efetivo início do convênio, mesmo com dificuldades, nossas ações foram mantidas através da cotidiana partilha e do engajamento nas lutas populares, acumulando forças com diversos coletivos e organizações sociais e populares que se dedicam a construir um Projeto Popular para o Brasil, na forma com que acreditamos ser.

Enquanto educadores e educadoras embebidas de nosso grande mestre Paulo Freire, partindo da observação e compreensão da realidade, com olhar e ouvidos atentos é que fomos desenvolvendo nossos acompanhamentos e sentindo mais de perto a necessidade das pessoas. E através do diálogo fomos pautando nossas ações, e com isso nosso planejamento foi ganhando forma dentro de uma realidade em que sentimos a necessidade de uma educação popular em seu mais amplo sentido.

Assim como em outros estados busca-se por meio de uma Rede, envolver diferentes sujeitos nos processos e no fazer coletivo, horizontal, democrático e transparente na gestão política, pedagógica e financeira do trabalho, voltados para a conquista e afirmação de direitos. Diante da diversidade do Estado e necessidades de cada região, a organicidade da RECID em SC estrutura-se através da gestão compartilhada entre a entidade âncora estadual, educadores e educadoras liberadas e voluntárias. Cada núcleo tem autonomia para planejar suas ações com o seu coletivo

regional, fortalecendo as ações posteriormente com o apoio do coletivo estadual, formado por 05 pessoas de cada núcleo, contemplando, educadores e educadoras, organizações e movimentos parceiros.

No ano em que a rede de educação cidadã completa seu décimo ano de lutas e sonhos, cirandas e caminhadas, que para muitos já é uma antiga luta do povo que se constituiu para além dos limites institucionais e que com o passar dos anos a ciranda das lutas envolveu todos em passos e nos emaranhamos em redes de utopias e de histórias. Somos convidados e convidadas a pensar nossa trajetória para as futuras conquistas, com a expectativa amante de caminhante nos mobilizamos para (re) pensar nossa prática e avaliarmos a conjuntura por onde poderemos trilhar neste novo ano e novo convênio.

Para esse convênio em nosso planejamento tiramos como áreas prioritárias: cultura popular, direitos humanos, economia popular solidaria, juventude, participação popular e agroecologia. A partir disso continuamos a nossa intervenção no Estado, cada grupo autogestionado, provocando e fomentando nossas práticas político-pedagógicas nos colocamos em trabalho.

Planejamos no oeste e extremo oeste, pensar e articular a construção do projeto popular articular com os adolescentes suas manifestações através do trabalho artístico cultural para que neste, eles se conheçam, se reconheçam e se permitam a uma visão libertadora, de seu papel dentro desta sociedade. Além destas, há discussões e mobilizações do movimento negro e etnias quanto cidadãos e cidadãs de direito e garantia da diversidade e pluralidade de suas cores e costumes, bem como toda a iniciativa da discussão acerca da problemática de gênero. Todas estas discussões vêm sendo mediatizadas pelas mobilizações e demandas locais de negligências e violências. Questões que não foram pensadas em nosso planejamento que se deflagraram em noites frias nas cidades do oeste também nos fizeram atuar em pautas que eram urgentes e de longa data, como as discussões acerca da mobilidade urbana que tem sido discutida com os setores mais distintos ao passo de uma juventude que ousa se rebelar.

Assim como a marginalização da pobreza em periferias das pequenas cidades próximas as cercas dos limites do estado brasileiro, onde os poderes organizam projetos para radicalizar e avançar com a estatização da violência, com seus cassetetes e palavras

ofensivas e ações de intimidação além das negligências da moradia e saneamento básico. A cada denúncia e frase significativa aumenta nosso desafio para o desvelamento da realidade para que possamos avançar no empoderamento destes humanos. Os valores do “*pátrio poder*” parece dar mais força nas formas ofensivas e justificam as pancadas nas meninas e mulheres, mas, identificam atos de brutalidade e homofobia, sem que as mesmas não tenham ainda a compreensão do que gera esta violência.

No desafio de planejarmos nossas ações na região de Florianópolis e tendo como objetivo os grupos que ainda hoje se encontram à margem dos direitos garantidos, iniciamos através dos grupos de mulheres o grupo chamado PLPs, Promotoras Legais Populares que se reúnem para estudar, dialogar e conhecer os seus direitos, também contribuimos na organização e Movimento da Marcha Mundial de Mulheres no Estado, Movimento Estudantis e Juvenis, Economia Solidária e grupo de Agricultura Urbana, Movimento de Direitos Humano, e ampliando o diálogo com outros grupos que têm consciência da sua realidade que se organizem, coletivamente, para superar todas as situações de negação de seus direitos, rumo à sua autonomia e emancipação. É nessa construção coletiva articulada com as diversas organizações e movimentos sociais, que sentimos mais do que nunca a força da unidade na construção de um projeto popular no meio onde vivemos, para nossa cidade, Estado e Brasil.

No médio vale do Itajaí as propostas e elaborações contam com uma bagagem de muitos anos de construção desta rede, mas se apresenta em um momento bastante peculiar onde a rede se constrói e reconstrói ampliando suas ações para as cidades de Ascurra, Apiúna e Ibirama, a ampliação desta, conta com novos atores envolvidos, assim como novos autores também se propondo a dialogar com a juventude e famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Em alguns planejamentos falamos em relação um dos nossos limitadores, a distância entre os núcleos, a qual estamos, sempre na tentativa de superá-la, as vivências entre os núcleos e a tentativa de acertamos os passos desta ciranda catarinense estamos buscando uma maior interação com o oeste e extremo oeste dialogando pautas em comum, mesmo com as

especificidades das localidades. Nossa luta é unificada pela busca da garantia de direitos humanos e assim vem sendo construída seja na direção da serra do mar ou da BR 282.

Nestes dias estão acontecendo princípios de rebelião no presídio regional de Blumenau, onde nossas energias estão voltadas na organização da rede dos movimentos que estão na defesa dos Direitos Humanos, até por sabermos que as famílias, as mães dos reclusos, são as que mais sofrem a cada rebelião, por temos também a cada rebelião uma série de direitos violados, tanto aos que estão reclusos quanto dos familiares. Os óbitos tem virado uma constante e nossa luta tem se travado na organização dos movimentos, Fórum de Combate a Tortura, Pastoral Carcerária, Conselho da Comunidade e autoridades responsáveis.

O modelo de Desenvolvimento, que tradicionalmente foi aplicado à realidade local-territorial do Planalto Catarinense, apresenta sérios desafios no que tange as relações de raça, gênero e trabalho. A falta de perspectiva para jovens e mulheres estimulou e continua estimulando a lógica perversa de “estudar para sair do campo, e sair do campo para estudar”. E desse modo as pessoas vão do campo para os centros urbanos, na maioria das vezes, não encontram oportunidades de trabalho.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento o território serrano tem uma das maiores concentrações de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano e Social de Santa Catarina. Dos vinte municípios com menor índice, seis estão no território do Planalto Serrano. São muitos os desafios que nós educadores temos que enfrentar de forma organizada, bem planejada e estratégica. O essencial é criar laços, relações de cumplicidade com os movimentos sociais que ao longo dos tempos vem re-fazendo o mundo na realidade onde vivem.

Para tanto contamos com parceiros, tais como: Fórum Regional de Economia Solidária, Promotoras Legais Populares, Movimento Estadual de Direitos Humanos e Agroecologia. São esses elementos que tecem as relações e buscam alternativas onde aqueles ora excluídos, possam se reconhecer como sujeitos de sua história e protagonistas da nova sociedade, que juntos queremos construir.

Os protestos que marcaram os meses de junho e julho reforçam a ideia que o amadurecimento político da sociedade é vital para o fortalecimento da democracia da participação social. Percebe-se a ausência do debate sobre projeto de sociedade nestas manifestações, o que existe são demandas setorizadas e um descontentamento com a política. Ficou visível que a mesma sociedade que protesta contra a corrupção, não compreende a necessidade da participação popular para uma verdadeira reforma política. Observações como estas reforçam o papel da educação popular para a ampliação da democracia para além da representatividade política e qualificação do debate pela participação social.

É neste contexto que vivemos este período do 2º Ciclo de Cirandas e somos convidados e convidadas a refletir neste período sobre as nossas práticas, fragilidades e potencialidades por estarmos embebidos da realidade e na luta histórica dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em uma rede que nos conecta com o Estado e sua burocracia governamental, que ora nos proporciona condições de alimentarmos as utopias a apressarmos o passo, e ora nos deixa sem parâmetros, por conta de limitações entre intervalos entre convênios, contingenciamento e marco regulatório. Ao mesmo tempo, refletimos sobre a nossa ação militante e nossa atividade pedagógica, nesse formar constante, ainda que nossa ação militante não tenha interrupções a articulação e as construções que poderiam ter avançado ficam muitas vezes limitadas com as costuras e descosturas que esta nossa colcha de retalhos vem sendo tecida.

O debate sobre a sustentabilidade da Recid para além do convênio e os diálogos sobre a Política Nacional de Educação Popular é um debate que envolveu parcialmente o coletivo estadual, até agora. Embora os educadores atuem com o olhar voltado basicamente para o trabalho de base, reconhecemos que é preciso olhar para a Educação Popular como um processo mais abrangente para a sociedade. A relação institucional da educação popular e movimentos sociais com a educação formal e como seria este processo para dentro das escolas, universidades e governos, as contribuições da Educação Popular para a formação dos professores e ao sistema educacional brasileiro, como estaríamos inseridos neste cenário de Política Pública, para dentro do Estado. Estas e outras questões que precisam ser mais dialogadas e debatidas pelos coletivos estaduais e nacional.

Nos despedimos de uma maneira fraterna e solidária, esperamos que assim tenhamos dado um pouco de nós para essa construção do Projeto Popular para o Brasil.

O povo que ousa sonhar constrói o poder Popular!! Muita rosa e pão a todos e todas!!